
Percepções de beneficiários e não beneficiários sobre Bolsa Família: direito ou favor?

*Perceptions of the beneficiaries and not beneficiaries about Bolsa Familia:
right or favor?*

Alini Speck¹

Rozane Márcia Triches²

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar como gestores, beneficiários e não beneficiários compreendem e percebem o Programa Bolsa Família (PBF). Trata-se de um estudo de análise qualitativa, a partir de entrevistas semiestruturadas com gestores, beneficiários do Programa e não beneficiários, realizada em um município do interior do estado do Paraná. Foram ouvidos 9 beneficiários, 11 não beneficiários e 1 gestor do PBF. Verificou-se que os não beneficiários, independente da idade, nível socioeconômico e educacional têm, em geral, uma percepção similar sobre a significância do programa, considerando-o um favor do governo aos mais desfavorecidos, e não um direito. Considerando os meios de informação sobre o PBF dos depoentes não beneficiários, os mesmos evidenciam a mídia como mediador principal. Em relação à alimentação, a maioria dos depoentes entrevistados relata melhora em sua quantidade, qualidade e variedade.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Segurança alimentar e nutricional. Alimentação. Nutrição.

¹ Bacharel em Nutrição pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. E-mail alinispeck@hotmail.com. Telefone: (46) 88215322.

² Professora Adjunta do Curso de Graduação em Nutrição e Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Federal da Fronteira Sul. Formada em Nutrição pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Mestre em Epidemiologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: rozane.triches@gmail.com. Telefone: (46) 991390203

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze how managers, beneficiaries and non-beneficiaries understand and perceive the Bolsa Família Program (PBF). This is a qualitative analysis study, based on semi-structured interviews with managers, beneficiaries of the Program and not beneficiaries, held in the municipality of the Paraná state. A total of 9 beneficiaries, 11 non-beneficiaries and 1 manager of the PBF were heard. It was found that laymen, regardless of age, socioeconomic and educational level, generally have a similar perception about the significance of the program, considering it a favor of the government to the underprivileged, and not a right. When mentioning the source of information on the PBF of non-beneficiary deponents, they highlight the media as the main mediator. In relation to food, the majority of deponents report improvement in their quantity, quality and variety.

KEYWORDS: *Public policy. Food and nutritional security; Food. Nutrition.*

INTRODUÇÃO

As discussões acerca das políticas públicas hoje no Brasil vêm ganhando destaque significativo. Segundo Castro *et al.* (2009), as políticas sociais constituem um subconjunto das políticas públicas relacionadas a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado. Associam-se à distribuição de benefícios sociais para reduzir as desigualdades estruturais que permeiam o país, decorrentes da trajetória do desenvolvimento socioeconômico, frequentemente nas áreas de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento etc., e exercidas sob a responsabilidade do Estado.

No decorrer dos últimos anos, novas formas de intervenção estatal contra a pobreza vêm sendo implementadas, especialmente sob a forma de políticas sociais focalizadas nos grupos mais vulneráveis da população, como os programas de transferências condicionadas de renda que são, especialmente, voltados à população carente (BICHIR, 2010).

A partir da década de 1990, no Brasil, iniciou-se o debate a respeito dos programas de transferência de renda. Mais especificamente, em 1991 o Senador Eduardo Suplicy apresentou o projeto de Lei n. 80/1991 que propunha a instituição de um programa de renda mínima, conhecido como Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), aprovado em 16 de dezembro de 1991, proporcionando visibilidade à discussão supracitada (STECHI, 2015).

Vale salientar que as primeiras experiências no âmbito nacional com programas de

transferência de renda como o Programa Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás

vieram com iniciativas do governo Fernando Henrique Cardoso (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2012). Depois, em 2003, já no governo Lula, deu-se a unificação das diversas ações e o aumento de seu escopo e relevância no âmbito do Programa Bolsa Família. Decorrentes de experiências satisfatórias, os programas de transferência de renda tornaram-se o “carro-chefe” da rede de proteção social brasileira (BICHIR, 2010).

De acordo com Vanderborght; Medina; Parijs (2006), o Bolsa Família é um programa do tipo “renda mínima garantida”, dentro dos programas de transferência de renda, ou seja, tem como foco a parcela mais pobre da população.

Em sua criação, esse programa evidenciou dois objetivos: reduzir a pobreza e interromper seu ciclo intergeracional. Enquanto o primeiro objetivo seria atendido pelas transferências, o segundo seria alcançado por meio das condicionalidades de educação e saúde, como a frequência regular das crianças à escola e participação em programas de orientação nutricional e de assistência preventiva à saúde, especialmente de crianças e mulheres grávidas (KERSTENETZKY, 2009).

A criação do Programa Bolsa Família foi e continua sendo um assunto muito polêmico que gera opiniões de leigos sobre o assunto. Na época, a tomada de decisões sobre a constituição do programa, estava relacionada a mitos que pairavam referente ao tal programa de transferência de renda direta aos mais pobres (CAMPELLO; NERI, 2013).

Os meios de comunicação também desempenham papel fundamental para a criação de opiniões críticas, influenciando de forma positiva e/ou negativa sobre o tema. Esses vieses fazem da mídia, portanto, um mediador imperfeito para a opinião pública (HOWLETT, 2000).

Com o passar dos anos, devido ao seu desenho efetivo e à sua contínua expansão e aprimoramento, o PBF tem reduzido a pobreza, desigualdade e insegurança alimentar, promovendo a inclusão nas políticas públicas de educação e saúde, fortalecendo o andamento escolar e a saúde de crianças e adolescentes, e aumentando o engajamento destas políticas com as parcelas mais pobres da população brasileira. Com o Programa Bolsa Família, o Brasil pôde, enfim, recusar a histórica banalização e naturalização da pobreza e da fome e afirmar

um novo patamar de garantias sociais, que exigem o reconhecimento e a progressiva expansão de padrões mínimos de bem-estar a todos os cidadãos (CAMPELLO; NERI, 2013).

Dessa forma, importa entender como gestores, beneficiários e não beneficiários compreendem e percebem este Programa. Se consideram que o mesmo faz parte da garantia ao direito humano à alimentação adequada (DHAA) e, portanto o Estado deve promover, proteger e salvaguardar este direito, oferecendo condições de acesso e renda, inserindo os excluídos na sociedade e diminuindo a desigualdade social. Ou, se é relacionado a um favor oferecido aos mais desfavorecidos, e muitas vezes utilizado por políticos com interesses eleitoreiros como instrumento para angariar votos.

Além disso, procurou-se entender se a diferença educacional, gênero, idade e nível-socioeconômico dos entrevistados não beneficiários interferiam em seus discursos, bem como, verificar em que argumentos os entrevistados, tanto beneficiários como não beneficiários, se baseiam para construir suas opiniões sobre os objetivos e consequências do Programa. Da mesma forma, buscou-se identificar se percebem melhoras na alimentação dos beneficiários.

METODOLOGIA

Considerando o propósito desse trabalho, optou-se pela abordagem de pesquisa qualitativa que é entendida como aquela capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerente aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento, quanto na sua transformação, como construções humanas significativas (MINAYO, 1996).

Escolheu-se o estudo de caso pela necessidade de majorar o conhecimento de uma realidade delimitada, visto a complexidade da problemática, diversidade e dinâmica das relações em diferentes espaços no que diz respeito ao tema tratado. Segundo Yin (2001), o objetivo do estudo de caso é explorar, descrever, explicar, avaliar e/ou transformar. Para tanto, escolheu-se um pequeno município do interior do Paraná, com uma população de 6.761 habitantes, sendo que a maior concentração se localiza na zona rural (52,86%), segundo o Censo Demográfico 2010 (BRASIL, 2016). Do total de habitantes, 193 se encontravam em

situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 2,9% da população municipal viviam nessa situação. Do total de extremamente pobres, 161 (83,4%) viviam no meio rural e 32 (16,6%) no meio urbano (BRASIL, 2015).

No que se refere aos registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do PBF, o município contava com 797 famílias registradas no Cadastro Único e 396 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (49,69% do total de cadastrados) (BRASIL, 2015).

Considerando o intuito deste trabalho, optou-se pela escolha desta abordagem metodológica de pesquisa, motivada pela necessidade de entender melhor a complexidade da percepção de gestores, beneficiários e não beneficiários, em relação aos objetivos e implicações do Programa Bolsa Família, buscando esclarecer se as diversas opiniões encontradas divergem ou se assemelham entre si.

O projeto foi encaminhado para o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFFS e somente após a aprovação é que a pesquisa teve início (Certificado de apresentação para Apreciação Ética: 66786517.3.0000.5564).

Neste município, os participantes da pesquisa foram os atores envolvidos com o Programa, como os **gestores** que foram representados, neste caso, pela Secretaria de Assistência Social. Foi entrevistado um gestor que trabalha com o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) que foi responsável pelo programa por 12 anos na Assistência Social. A entrevista ocorreu em seu próprio local de trabalho. Outro grupo entrevistado foi o de **beneficiários do PBF**, totalizando nove indivíduos entrevistados, que foram escolhidos aleatoriamente em diferentes pontos da cidade como também na área rural. Neste município, os beneficiários do PBF se concentram em determinados locais da cidade, a maioria residindo na periferia do município, sendo assim, com o auxílio de uma agente de saúde, que ajudou na escolha dos participantes beneficiários, a entrevistadora se deslocou até a residência dos mesmos. O número de entrevistados em cada um dos locais foi definido pelo método de saturação dos dados.

O grupo de **não beneficiários** totalizou 11 indivíduos entrevistados, onde foram caracterizados por uma amostra de moradores do município, conforme o local e o número de entrevistados beneficiários. Em relação ao local, buscou-se entrevistar os moradores não beneficiários que residiam o mais próximo do local onde moram os beneficiários do PBF. No entanto, como o propósito da pesquisa era buscar uma variedade de público não beneficiário em relação ao nível socioeconômico, também foram entrevistados indivíduos residentes no centro da cidade. Além disso, se buscou selecionar os indivíduos para que a amostra fosse variada na idade, diferença educacional e gênero. Estes entrevistados foram selecionados a partir de amostra por conveniência, considerando a disponibilidade dos mesmos. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

A partir de entrevistas semiestruturadas, foram abordadas questões referentes às opiniões e entendimentos adquiridos em relação aos objetivos e consequências do Programa Bolsa Família, bem como em que fontes se fundamentam suas concepções, por exemplo, se são adquiridas através da mídia, posição política, etc. Foi discutido ainda, se no ponto de vista de beneficiários, não beneficiários e gestores, houve melhoria na qualidade da alimentação.

Dentro das entrevistas continham perguntas abertas relacionadas ao PBF e uma pergunta objetiva relacionada ao gênero (masculino ou feminino) e a idade do participante. Para a coleta do nível socioeconômico e educacional, foi utilizado o questionário da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) 2015, na qual continham variáveis como o grau de instrução do chefe de família e acesso a serviços públicos, totalizando determinados pontos que posteriormente resultam em uma classificação, dividindo-os em classes A, B1, B2, C1, C2 e D-E.

Para a análise das entrevistas, foi utilizado os métodos análise de conteúdo e o software NVivo 11. A análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações, que analisou o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador (SILVA; FOSSÁ, 2013). É uma técnica refinada, que exige do pesquisador, disciplina, dedicação, paciência e tempo (FREITAS; CUNHA; MOSCAROLA, 1997).

Foi construído um referencial de categorização, onde foram criadas as seguintes

categorias: significados, condicionalidades, benefícios, problemas, visão sobre o PBF, fontes de informação, objetivos, destino, qualidade alimentar, variedade de alimentos, quantidade de alimentos, produção para autoconsumo, compras.

Percepções sobre o Programa Bolsa Família: direito ou favor?

A **tabela 1** apresenta a caracterização dos entrevistados, bem como a codificação que será usada para identificar os depoentes nos relatos subsequentes.

Tabela 1. Características dos entrevistados segundo classe socioeconômica, sexo, idade e escolaridade do município investigado – PR.

	Beneficiários (B)	Não Beneficiários (NB)	Codificação
Classe Socioeconômica*			
<i>A</i>	0	0	A
<i>B1</i>	0	2 (12,5%)	B1
<i>B2</i>	0	3 (25%)	B2
<i>C1</i>	0	3 (25%)	C1
<i>C2</i>	0	1 (12,5%)	C2
<i>D - E</i>	9 (100%)	2 (25%)	D - E
Sexo			
<i>Masculino</i>	0	5 (25%)	M
<i>Feminino</i>	9 (100%)	6 (75 %)	F
Idade			
<i>Até 40</i>	6 (66,67)	4 (37,5%)	JA
<i>Acima de 40</i>	3 (33,33)	7 (62,5%)	AI
Escolaridade			
<i>Analfabeto/Fundamental I incompleto</i>	1 (11,11%)	0	FII
<i>Fundamental I completo/Fundamental II incompleto</i>	7 (77,78%)	6 (54,5%)	FIII
<i>Fundamental II completo/Médio incompleto</i>	1 (11,11%)	2 (18,2%)	FIIIC
<i>Médio completo/Superior incompleto</i>	0	1 (9,1%)	SI
<i>Superior completo</i>	0	2 (18,2%)	SC

* Classificação segundo critérios da ABEP 2015.

Fonte: Autores, 2017.

Com relação à faixa etária, não se identificou muitas diferenças nos discursos dos não beneficiários. No que tange ao público de até 40 anos, percebeu-se uma opinião negativa sobre os objetivos do PBF, considerando que mesmo que ele melhore as condições de vida das pessoas, o mesmo desmotivaria a procura por emprego. “Pra dar uma melhor qualidade de vida né, pras pessoas [...]. Acho que não, porque o valor é muito pequeno né, não da pra fazer muita coisa” (NB, B2, F, JA, FIIC).

Deve ser, ajudar quem tem baixa renda, mas eu acredito que ajuda eles não procurar um emprego, porque todo mundo ouve assim, dizer que é difícil assim, encontrar gente pra trabalhar na roça, pra afazer esse trabalho pesado né, dai eles pensam assim “ah eu não vou por pouca coisa”, pra que né, se tá recebendo, se tá bom assim, sei lá, sobre mais tempo pra pensa em coisas [...]. Ah vem o dinheiro né, o que eles fazem com o dinheiro, dai eu não sei né, talvez deveria acontecer, não sei se acontece também, visitas nas casas de quem recebe, ou uma especificação melhor, do que tipo, em que eles tão usando esse dinheiro. (NB, B2, F, JA, SC)

Acerca disso, nota-se que essa população tem uma visão superficial dos objetivos reais do PBF, focando apenas no “dar melhor qualidade de vida” e “ajudar pessoas de baixa renda”, desconhecendo assim, os outros objetivos do programa. Vieira (2016) evidenciou que os estudantes universitários (faixa etária que frequentemente, têm menos que 40 anos) têm menor conhecimento sobre questões mais específicas do programa, demonstrando a falta de conhecimento dos mesmos, além de discordarem quanto à ampliação do programa, já que consideram que os recursos não alcançam os objetivos propostos.

O público com mais de 40 anos, permaneceu na mesma abordagem, mantendo uma visão muito generalista do real objetivo do programa ressaltando a opinião de que o PBF não atinge plenamente seus objetivos.

Não sei, o que eu imagino, uma coisa que a pessoa ganha pra ajuda, pra criança que vai no colégio, ajuda compra uma coisa que precisa pra criança [...]. Não, 100% não. Isso é um passo que da né, ele ajuda assim um pouco né, mas não que vai tirar da miséria mesmo. (B, D-E, F, AI, FIII)

A variável sobre o nível socioeconômico demonstrou resultados mais distintos, levando a crer que quanto maior a renda familiar, mais criteriosa e crítica é a opinião do

entrevistado não beneficiário. No que diz respeito à classe B1 e B2, os entrevistados dizem:

Com certeza deve ter muito, por exemplo, gente que ganha e que talvez não precisaria ganhar, ou talvez gente que não ganha e precisaria, sei lá. Talvez ter uma fiscalização maior, da prefeitura de cada cidade, não sei. (NB, B1, M, JA, SI)

Eu acho que agora ele tá um pouco mais rigoroso, pelo que eu ouvi falar, mas uma vez não era né, que tinha muita gente que não precisava e que tava ganhando né. Acho que poderiam ser resolvidos, acho que quem é responsável, fazer tipo pesquisa, investigar. Porque daí assim, quem não precisa às vezes tá ganhando e quem precisa tá ganhando muito pouco né. (NB, B2, F, JA, FIIC)

No que diz respeito à classe D-E, verificou-se a percepção de que o Programa poderia levar à acomodação do indivíduo beneficiário em relação à procura de emprego.

Sei lá. A pessoa também não pode se acomodar porque ganha o bolsa Família, se acomodar, não procurar arrumar um serviço, pra um dia né, não precisar mais do BF, porque tá ganhando mais, porque conseguiu arruma um serviço. Então a pessoa não precisa fica sempre ali atrás do BF, a pessoa tem que se expandir, subir pra frente, conseguir trabalhar. (NB, D-E, F, AI, FIII)

Esse é um resultado que se assemelha ao achado por Castro *et al.* (2009), onde 69% do público não beneficiário do programa relataram que a acomodação devido à certeza de recebimento do recurso também foi bastante citada.

Estudos recentes divergem nesse quesito, apontando tanto para a maior participação dos beneficiários no mercado de trabalho, quanto para a acomodação dos mesmos. Jannuzi e Pinto (2012) discordam da ideia de que o PBF causa acomodação, afirmando que os indicadores, tanto de busca de emprego e ocupação são similares aos dos não beneficiários.

De acordo com as regras legais do PBF, se a renda oriunda do trabalho for maior que o limite de elegibilidade, perde-se o benefício. A qual se assemelha a uma fala de uma beneficiária do PBF quando questionada sobre o incentivo a procura de trabalho: “Acho que se acomoda né. Aqui na verdade emprego mesmo não tem né, daí a gente faz as coisa certa pra ganha o Bolsa, que daí não pode trabalhar se não perde.” (B, D-E, F, JA, FIII).

Com isso, entra em questão também a oferta de emprego destinado ao público

beneficiário do PBF, pois a busca pelo mercado de trabalho às vezes custa caro e o beneficiário não tem condições de arcar. Além do mais, ocorre que há certo tipo de preconceito perante o beneficiário, deixando pessoas que tenham um poder aquisitivo maior com vantagens na hora da inserção ao trabalho.

Considerando a escolaridade dos beneficiários, houve similaridades em seus discursos quando questionados sobre onde é aplicado o benefício por parte dos beneficiários.

Percebe-se que os discursos se assemelham entre si, observando que as palavras citadas foram alimentação, mercado, remédios, roupa e calçados para as crianças, material escolar, contas de gás e luz, entre outros, como mostrado nos trechos das entrevistas a seguir. “Gasta no que necessita né. De repente a hora que ele pegou o troquinho lá, às vezes precisa de uma coisinha ou outra, às vezes ajudar comprar um gás, um remédio, um calçado pra criança, alguma coisa no mercado né.” (NB, D-E, F, AI, FIII). “Material escolar, alimentação, a única coisa que eu sei.” (NB, D-E, F, AI, FII). Outro depoente ainda cita que:

Basicamente, deveria ser pra manutenção da família, alimentação, enfim, a questão do material escolar, aliás, manter a criança pra ir pra escola. Mas a gente sabe que isso também não acontece, tem muito desvios. Tem ate muitas pessoas que pegam o cartão da mãe, o próprio marido e desvia esse recurso pra outros fins, por isso que isso seria um problema essa condição né. Tem ate gente mesmo que tem condição financeira, que tem o cartão e não teria necessidade, falta um controle mais efetivo por parte do governo federal, talvez uma estrutura melhor, mais próximas das pessoas e essas são as distorções que acredito que tenha que precisa ser resolvidas. Um acompanhamento, um monitoramento melhor em relação a isso. (NB, B2, M, AI, SC)

Resultado semelhante ao encontrado por Castro (2009), em que o item mais citado entre os participantes de sua pesquisa foi à compra de mais alimentos (79%) e de mais material escolar (75%). Segundo a percepção da população, o destino do benefício é bem aplicado, utilizando o mesmo para o benefício da família, principalmente para as crianças. Tem ainda os que acreditam que isso na prática tem suas falhas, sendo utilizado para outros fins, ou até mesmo contemplando famílias que talvez não necessitem do PBF. No entanto, por mais que se afirme que o PBF tem problemas na sua distribuição, a maioria da população pressupõe que ele está cumprindo com esse objetivo, de melhorar a qualidade alimentar dos

beneficiários.

Isso vai ao encontro dos próprios depoimentos dos beneficiários do município, confirmando que aplicam o dinheiro do benefício, primeiramente em comida, e depois nas demais despesas das famílias. “Compro comida pras criança né, compro calçado, roupa, gás, quando falta gás de cozinha. Coisa que mais precisa né”. (B, D-E, F, A, FII). “Mais rancho, não tem que chega.” (B, D-E, F, AI, FII).

Conforme o gênero dos participantes não beneficiários, o público, tanto feminino, quanto masculino, obteve resultados análogos em suas declarações. Porém, o que chama a atenção é o fato do depoente do sexo masculino, citar o BPF como importante e significativo, evidenciando que ele seja de fato um direito do cidadão brasileiro. O entrevistado foi prefeito do município por 8 anos, e em função disso, supõe-se que esteja mais informado sobre as políticas públicas, os seus reais objetivos e suas consequências.

Conheço sim, e ele é muito importante, acho que tem ajudado muito as pessoas a melhorar a sua condição de vida [...]. Acho que acima de tudo, acho que, como eu poderia dizer, é que o filho de hoje não seja o pai de amanhã, ou seja, o objetivo é evitar que a criança tenha a mesma perspectiva de vida. Então você tem esse auxílio, tem algumas condições obrigatórias, por exemplo a escolaridade, a ter uma frequência escolar, enfim, pra que a questão educacional prevaleça e que você no futuro tenha uma condição melhor, pelo menos uma perspectiva melhor de vida, baseada no conhecimento, na educação. (NB, B2, M, AI, SC)

Vale destacar que a alimentação constitui um direito essencial à garantia da sobrevivência e manutenção da saúde e dignidade dos cidadãos, de acordo com o previsto no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Todo indivíduo tem o direito a um padrão de vida adequado que assegure a si, assim como a sua família, saúde e bem-estar, em especial alimentação, vestuário, habitação, assistência médica e serviços sociais necessários (UN 1954, p. 36).

Diante disso, evidencia-se que todo ser humano possui o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), este direito humano, fundamental e social está previsto nos artigos 6º e 227º da Constituição Federal de 1988, definido pela Lei Orgânica de Segurança

Alimentar e Nutricional. Os principais conceitos empregados na definição de Direito Humano à Alimentação Adequada são disponibilidade de alimentos, adequação, acessibilidade e estabilidade do acesso a alimentos produzidos e consumidos de forma soberana, sustentável, digna e emancipatória (BRASIL, 2016).

Em contrapartida, uma depoente do sexo feminino cita o PBF como algo negativo, deixando claro ser contra esse programa e que o considera errado.

Olha não sei muita coisa, só sei que as pessoas recebem, não sei te dizer a fundo o que que tem que ter, acho que a renda tem que ser menos de 1 salário mínimo na família né. Olha eu não tenho uma boa impressão, posso tá enganada, mas quantos que eu já ouço falar, que quer trabalhar, mas que não quer assinar carteira, porque se não perde o bolsa. Não tenho uma visão boa disso, porque eu acho que deveria ter um outro incentivo, não necessariamente dar o benefício lá, tinha que empregar e fazer trabalhar, acho que tinha que acha uma outra maneira de ajudar as pessoas [...]. (NB, B2, F, JA, SC)

Considerando isso, nota-se que existem pessoas que veem o PBF como um simples “favor” que parte do governo para famílias de baixa renda e desconhecendo as condicionalidades do programa. Na área da educação, são exigidos que todas as crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos devem estar matriculados na escola, sendo que os de até 15 anos devem apresentar frequência escolar mensal mínima de 85% e os entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. Na área da saúde, é indispensável o acompanhamento do cartão de vacinação das crianças menores de 7 anos, e também as mulheres na faixa de 14 a 44 anos, se gestantes ou nutrizas (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê (FAHEL; FRANÇA; MORAES, 2011).

Na mesma direção, Lima e Zangirolani (2016), mostraram que os gestores do PBF também fazem uso do termo “ajuda” fazendo alusão à caridade para com os beneficiários, advindos do governo, reafirmando a percepção do programa não como direito.

Ademais, percebe-se que além de considerar o PBF como algo negativo, apenas um “favor” dado a determinadas famílias, ainda acreditam que esse programa de transferência de renda seja errado, visto que desconhecem o fato dele ser um direito concedido aos cidadãos.

Tendo em vista a fonte de informação advinda desses não beneficiários, as respostas foram variadas, partindo de que foram entrevistadas inclusive pessoas que já haviam recebido o PBF no passado. Assim, tais pessoas sabiam bem detalhadamente como funcionava o programa, pois participavam das reuniões e encontros destinados aos beneficiários. Os outros depoentes moradores do município em geral, relataram em suas entrevistas saber do PBF de diversas formas.

Só de ouvir falar assim mesmo, e no jornal, assim na TV. Porque como a gente não ganha, a gente não procura saber né”. (NB, F, JA, SI). “Escuta no rádio, às vezes em reunião, nos tivemos reunião agora, no salão dos idosos, ai eles falaram sobre o Bolsa Família [...]” (NB, D-E, F, AI, FIII) “Porque tinha as reuniões né, quando eu ganhava, tinha as reuniões, agora não sei se fazem [...]. Era ali que eu ficava sabendo, nas reuniões.” (NB, C2, F, AI, FII).

A mídia e os meios de comunicação em geral, tendem a influenciar muito os telespectadores. E deve-se levar em consideração que nem tudo o que é veiculado é verdadeiro. Por isso, tornam-se mediadores de opiniões, tanto negativas como positivas sobre determinado tema. Durieux (2011) cita em seu estudo, que a imprensa internacional, acusou a mídia brasileira alegando que ela estava mais focalizada em passar para os telespectadores somente as irregularidades do PBF e dando menos ênfase aos benefícios acarretados. Dessa forma, cria-se uma opinião errônea na sociedade, que muitas vezes não tem conhecimento sobre o tema.

No que diz respeito à visão da gestão do programa, quando questionado sobre os problemas do PBF, o mesmo cita:

[...] a frequência é uma coisa que levam a sério, mas a desatualização fica muito tempo. Tinha que permitir, que o digitador, o gestor, ele tivesse poderes pra liberar e dizer ‘não essa família aqui precisa, essa não precisa’. Fazer os desligamentos diretos. E também, fazer com que a família que vai embora, você automaticamente tirasse do município. Porque fica numa base de dados e prejudica a atualização, o rendimento do IGD que retorna pro município. [...] Nós gostaríamos que ele funcionasse desde jeito, que o município, os gestores, que conhecem as famílias pudessem encaixar as famílias que realmente precisam. E às vezes não é assim, às vezes tem famílias bem pobres com renda baixa que não consegue se encaixar na BF, porque existem um número X de famílias que já ganham o BF. E as vezes tem família que mudou a renda, e eles não venham nem atualizar porque eles não querem perder, medo de perder. (G1)

Eiró (2017), em seu estudo realizado com assistentes sociais responsáveis pela aplicação do programa, aponta que eles partem do mesmo princípio de que existem famílias que precisam mais que outras do benefício. Com isso, aplicam técnicas informais, as quais não estão descritas no PBF, para que as famílias que eles julgam “não merecedoras” do benefício, deem lugar para outra que precise mais.

Diante disso, percebe-se que a gestora do município estudado nesse trabalho aponta a falta de autonomia nos desligamentos do programa como um problema. Porém, vê-se que em outros municípios ocorre essa intervenção individualista por parte dos assistentes sociais, e que eles próprios estão tomando decisões para avaliar as necessidades de cada circunstância e determinar as intervenções necessárias. Entra em questão a subjetividade da situação, levando em conta que cada gestor pode ter uma visão diferente da verdadeira realidade e acabar tomando decisões equivocadas.

PERCEPÇÕES SOBRE O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ALIMENTAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Outro objetivo deste estudo foi verificar a percepção que os atores entrevistados tinham sobre o impacto que o BF causa sobre a alimentação dos beneficiários. Dessa forma, analisaram-se três dimensões: qualidade, quantidade e variedade de alimentos. Na tabela 2, observa-se que grande parte dos entrevistados considera que houve melhora em todas estas categorias.

Tabela 2. Percepção dos depoentes beneficiários sobre o impacto do BF na alimentação, considerando quantidade, qualidade e variedade, 2017.

Sub Categoria	Melhorou	Não Melhorou
Qualidade	7 (77,8%)	2 (22,2%)
Quantidade	6 (66,7%)	3 (33,3%)
Variedade	7 (77,8%)	2 (22,2%)

Fonte: Autores, 2017.

Observa-se que, quando indagados sobre a variedade da alimentação, a maioria dos depoentes afirma que melhorou, referindo que agora compram mais tipos de frutas. Fato esse que se assemelha ao achado por Nascimento *et al.* (2017), no qual constataram que após o recebimento do PBF houve um aumento ao acesso a um padrão de consumo por parte dos beneficiários que, automaticamente repercute na melhoria da qualidade de vida dessa população. Visto que identificaram relatos dos entrevistados apontando maior acessibilidade na aquisição de alimentos.

De acordo com o relato de beneficiários do PBF em relação aos tipos de alimentos comprados, identificou-se: “Arroz, feijão, macarrão, essas coisas” (B, D-E, F, AI, FII); “O mais é o feijão e arroz mesmo” (B, D-E, F, JA, FII); “Frutas, eu deixo o dinheiro né, daí passa os caminhão e compro mais frutas pras crianças” (B, D-E, F, JA, FII).

Esses resultados se assemelham a um estudo feito por Santos *et al.* (2015) em que constataram que os principais alimentos comprados são arroz, feijão e macarrão, mencionados por 96%, 92% e 68% das entrevistadas. Em geral, optam por comprar estes alimentos mais básicos visto que são considerados de primeira necessidade. Cabral *et al.* (2013) também citam que 71,1% das famílias entrevistadas optavam por gastar o dinheiro do benefício comprando arroz e feijão e somente 15,2% gastavam o dinheiro com aquisição de frutas.

Isso é um ponto positivo, se levar em conta o que o Guia Alimentar para a População Brasileira, preconiza que o aumento do consumo alimentos frescos e *in natura* (frutas, carnes, legumes) e minimamente processados (arroz, feijão, farinhas), além de recomendar que sejam evitados os produtos ultraprocessados (como macarrão instantâneo, salgadinhos de pacote e refrigerantes) (BRASIL, 2017). Vale frisar também, que esse achado vai de encontro à tendência brasileira de diminuir o consumo de arroz e feijão e frutas em detrimento dos produtos mais industrializados.

Quando questionados onde costumavam adquirir esses alimentos, a maioria respondeu que é no mercado, ainda o entrevistado B, D-E, F, AI, FII diz: “Mercado, que dai no mercado a gente compra a prazo”. Nascimento *et al.* (2017) mencionam em seu estudo a importância da compra em mercados locais, gerando um impacto altamente positivo para o município,

causando um aumento em sua economia, destacando os produtores da região.

Em relação à produção de alimentos para o autoconsumo por parte dos beneficiários do PBF, a grande maioria dos entrevistados relatou possuir pequenas hortas em suas residências: “Mandioca, batata doce, daí tem a horta que tem uns pé de alface” (B, D-E, F, JA, FII); “Tem uma horta. Tem alface, radiche, cenoura, cebola, essas coisas assim” (B, D-E, F, AJ, FII).

Mocelin (2011) descreve em sua pesquisa, realizada com famílias beneficiárias do PBF em São João do Barro Preto, que 57,1% das famílias possuíam horta doméstica em suas residências. Ele destaca que a implementação dessas hortas, além de ajudar na qualidade alimentar, aumentando o consumo de verduras e hortaliças, faz com que proporcione uma economia de custos gerados com a compra de determinados produtos.

Em relação ao gestor entrevistado, o mesmo considera que houve melhora na qualidade/quantidade alimentar desses beneficiários, porém acredita que os que pertencem ao meio rural deveriam produzir alimentos para autoconsumo ao invés de compra-los:

Ah com certeza. Na questão de comprar uma salada uma coisa. Às vezes a gente vê beneficiário do interior que vem compra verdura na cidade, isso é uma vergonha porque podia ter horta em casa, não precisava nem comprar isso. Isso eles nem aplicam corretamente, nesse sentido. (G1)

Resultados similares foram encontrados por Fronza (2010) ao entrevistar gestores de Porto Alegre (RS), os quais também evidenciaram melhora na alimentação das famílias beneficiárias, refletindo na melhora na qualidade de vida desses indivíduos.

Com relação à opinião de não beneficiários do PBF sobre a qualidade/quantidade alimentar dos beneficiários, as opiniões foram divididas. Vale salientar, que o fato do não beneficiário conhecer ou não algum beneficiário do programa, foi levado em consideração como um fator influenciador importante. No entanto, observou-se entre os que conheciam beneficiários, opiniões distintas.

Claro, acredito que sim também. Teoricamente sim, é pra isso que serve o recurso, pra melhorar a qualidade de vida da família, pra que ele se

mantenha na escola. Então tudo isso no papel, é tudo certinho e maravilhoso. Infelizmente não acontece, mas a gente tem percebido que isso tem evoluído sim, é um processo que acontece em médio e longo prazo. Você vai sentir os efeitos lá no futuro, quando essa criança crescer, vivendo melhor agora com um ambiente mais favorável e também com essa perspectiva de inserção no mercado de trabalho. (NB, D-E, F, AI, FII)

Trindade Júnior (2011) em seu estudo realizado em Uruguaiana (RS), também evidenciou que a maioria dos entrevistados indicou que o PBF atribuiu um maior poder aquisitivo de alimentos às famílias beneficiadas.

Por outro lado, houve uma opinião contrária a já citada, referindo não ter melhora na qualidade/quantidade alimentar por parte dos beneficiários:

Não. O que eu conheço, deixa a desejar nos cuidados dos filhos. Esses que eu conheço, tem whatsapp e tudo né, então poxa, pra tu compra um celular é caro né, então porque não comprou pra criança alguma coisa que ela precisava né [...]. Não tenho uma visão boa disso, porque eu acho que deveria ter um outro incentivo, não necessariamente dar o benefício lá, tinha que empregar e fazer trabalhar, acho que tinha que achar uma outra maneira de ajudar as pessoas, porque eu vi muitos fala 'ah eu não posso assinar carteira porque se não eu perco o benefício'. Poxa vida, não quer trabalhar pra não perde o benefício, então, ganhar tá bem mais fácil, bem melhor, então eu não tenho uma visão boa disso. (NB, B2, F, JA, SC)

Tal resultado condiz com a realidade descrita em uma pesquisa feita com beneficiários e não beneficiários do PBF, realizada por Pereira (2016), mostrando que a população reconhece que deveria existir uma condição melhor para as pessoas em estado de vulnerabilidade, entretanto alguns sugerem uma política voltada ao incentivo à produção de mais empregos, com capacitação profissional e melhores salários.

O PBF vem com a pretensão de dar condições para que as pessoas tenham além de uma alimentação adequada, educação e saúde para poderem ser aptas ao mercado de trabalho e saírem do ciclo intergeracional de pobreza.

Segundo o MDS (2013), as condicionalidades são compromissos assumidos com as famílias beneficiárias do PBF e também pelo poder público. O poder público tem como responsabilidade fornecer o acesso aos serviços e as famílias têm o dever de cumprir com as

condicionalidades para permanecer inseridas no programa.

Os programas de transferência de renda, juntamente com as condicionalidades permitem que as famílias beneficiárias invistam no desenvolvimento de seus filhos, com a perspectiva da melhoria de sua capacidade produtiva. Esta medida daria o suporte necessário, no que lhe concerne, para uma saída sustentável da situação de pobreza (BARRIENTOS, 2013). As condicionalidades não são impostas com o intuito de penalizar, nem vem com o título de ser uma obrigação, mas sim, são necessárias para que as famílias beneficiárias ampliem o acesso a seus direitos sociais básicos e para que busquem melhores condições de vida.

CONCLUSÃO

O presente artigo tratou de percepções de não beneficiários, gestores e beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e indicou basicamente que a população em geral tem uma opinião similar sobre os gerais objetivos e consequências do programa, mesmo considerando problemas na sua execução. Dos não beneficiários, apenas um colocou o programa no patamar dos direitos. O mesmo se destaca por ter sido gestor (ex-prefeito do município) e assim, ter tido mais informações sobre o mesmo e seus objetivos. Ao contrário, os demais entrevistados, independente de sua classe social, escolaridade, sexo e idade, consideraram, apenas com pequenas diferenças, que o BF se constitui como um favor, no sentido de ser expresso como algo que ‘ajudaria os mais pobres’. Em relação aos problemas relacionados ao programa, o parecer foi quase unânime. Os depoentes relataram achar falhas na distribuição do benefício. Citam a falta de fiscalização e monitoramento por parte dos órgãos responsáveis como respostas a essas lacunas. O pronunciamento mais radical entre todos, foi de um representante da classe social e nível de escolaridade mais elevada da amostra (NB, B2, F, JA, SC) que o julgou como um erro, considerando que o mesmo apenas incentivava a acomodação e desmotivava a busca por emprego.

Ao mencionar a fonte de informação sobre o PBF dos depoentes não beneficiários os mesmos evidenciam a mídia como mediador principal. Isso pode gerar uma ideia

completamente diferente do que realmente é, pelo fato da mídia, muitas vezes, repassar para o público uma visão negativa do mesmo, mascarando os benefícios gerados por ele. Nesse sentido, o impacto do programa sobre esse público recebe menos destaque. Historicamente no país, estes meios de comunicação de massa, se configuram como um instrumento ideológico de políticas conservadoras e que tendem a veicular notícias que descredenciam as políticas centradas em um estado de bem estar social em favor do ‘*laissez faire*’ ou estado liberal. Dessa forma, deve-se considerar a importância de se pensar em meios para disseminar os objetivos e discutir com maior profundidade o PBF junto a toda população, fazendo com que esta saiba o que e como está se sucedendo essa política, de forma coerente e embasada em fatos concretos.

Em relação à questão alimentar, observa-se que houve melhora, tanto na questão de qualidade, quanto quantidade e variedade. Os beneficiários relataram em seus discursos que passaram a comprar uma maior variedade de alimentos, bem como referiram dizer que a quantidade de alimentos está durando mais após o recebimento do benefício. Ainda nessa questão, o destino do benefício é inicialmente para a compra de alimentos, seguidos de material escolar e roupas para as crianças. Isso vai ao encontro à opinião dos participantes não beneficiários da pesquisa, que também acreditam que os beneficiários gastam o dinheiro do PBF com alimentação.

Referente à opinião do gestor do PBF em relação à alimentação dos beneficiários, o mesmo relata que também percebeu mudanças positivas. Além disso, refere que a gestão do programa deveria ter participação mais efetiva na tomada de decisões, principalmente nos desligamentos das famílias cadastradas e na seleção das famílias participantes. Isso, somado aos demais resultados encontrados na literatura, faz com que se reflita em alguma estratégia para estar aproximando mais a participação dos gestores locais com o programa.

Ademais, estudos com um delineamento mais amplo para evidenciar a percepção da população não beneficiária devem ser realizados. Esse estudo indica a importância da opinião da sociedade na avaliação de políticas públicas, não apenas para verificar se ela está sendo rejeitada ou não, mas em que bases ela se dá, pois só a partir do ideário público que se pode

construir e fortalecer políticos e políticas que o representem.

Recebido em abril de 2018 – Aprovado em

REFERÊNCIAS

- BARRIENTOS, A. Transferências de renda para o desenvolvimento humano no longo prazo. In: CAMPELLO, T; NERI, M. C. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2013. Cap. 26. p. 417-433.
- BICHIR, R. M. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 87, p.115-129, jul. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200007. Acesso em: 19 out. 2017.
- BRASIL (Org.). **Direito humano à alimentação adequada**. 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/aceso-a-informacao/institucional/conceitos/direito-humano-a-alimentacao-adequada>. Acesso em: 12 out. 2017.
- BRASIL. IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2016. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=411900&idtema=19&search=parana-perola-d-oeste/mapa-de-pobreza-e-desigualdade-municipios-brasileiros-2003>. Acesso em: 11 dez. 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: **Subsídios para elaboração do PPA Municipal**. 2015. Disponível em: www.mds.gov.br/sagi. Acesso em: 11 dez. 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2014/novembro/05/Guia-Alimentar-para-a-pop-brasiliera-Miolo-PDF-Internet.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2017.
- CABRAL, M. J. *et al.* Perfil socioeconômico, nutricional e de ingestão alimentar de beneficiários do Programa Bolsa Família. **Estudos Avançados**, Alagoas, v. 27, n. 78, p.71-87, maio/jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v27n78/06.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.
- CAMPELLO, T; NERI, M. C. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.
- CASTRO, H. C. de O. de, *et al.* Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 2, p.333-355, nov. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200003. Acesso em: 19 out. 2017.

DURIEUX, M. Transferência de renda: **Programa Bolsa Família e Cidadania** [Monografia]. Brasília: Curso de Especialização em Educação Fiscal e Cidadania, Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF; 2011.

EIRÓ, F. O Programa Bolsa Família e os Pobres “Não Merecedores”: poder discricionário e os limites da consolidação de direitos sociais. **Boletim de Análise Político-institucional**, Brasília, v. 01, n. 13, p.65-17, out. 2017.

FREITAS, H. M. R.; CUNHA, M. V. M., JR.; MOSCAROLA, J. Aplicação de sistemas de software para auxílio na análise de conteúdo. **Revista de Administração da USP**, 32(3), 97-109, 1997.

FRONZA, P. **Programa Bolsa Família: contribuições para o enfrentamento à pobreza**. 2010. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5160/1/000423303-Texto+Completo-0.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

HOWLETT, M. A dialética da opinião pública: efeitos recíprocos da política pública e da opinião pública em sociedades democráticas contemporâneas. **Opinião Pública**, Campinas, v. 06, n. 02, p.167-186, out. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762000000200001. Acesso em: 19 out. 2017.

JANNUZZI, P. de M.; PINTO, A. R. Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: Uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do Bolsa Família II. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. **Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2013. Cap. 10. p. 179-192.

KERSTENETZKY, C. L. Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do Programa Bolsa Família. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 52, n. 01, p. 53-83, mar. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000100002. Acesso em: 19 out. 2017.

LIMA, L. P.; ZANGIROLANI, L. T. O. Programa Bolsa Família: perfil, ações intersetoriais e percepção dos gestores de serviços, em um estudo de caso nos Morros de Santos. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, São Paulo, v. 11, n. 1, p.1297-1315, 2016.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social - **Bolsa Família**: Transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social. 2013. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Carilhas/Carilha_PBF_2015.pdf. Acesso em: 13 nov. 2017.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1996.

MOCELIN, C. E. **Pobreza rural e o Programa Bolsa Família**: O caso dos beneficiários da comunidade de São Joao do Barro Preto - Júlio de Castilhos/RS. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2011. Disponível em: http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_arquivos/15/TDE-2012-11-05T095158Z-3807/Publico/MOCELINCASSIAENGRES.pdf. Acesso em: 12 out. 2017.

NASCIMENTO, E. C. *et al.* O papel do Programa Bolsa Família na segurança alimentar das famílias do Território do Marajó, PA. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 18, n. 02, p.59-70, abr./jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v18n2/1518-7012-inter-18-02-0059.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.

PEREIRA, A. S. **Repercussão do programa Bolsa Família no município de Cianorte-Paraná**. 2016. 22 f. TCC (Graduação) - Curso de Departamento do Centro de Gestão Pública, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016. Disponível em: <http://www.dad.uem.br/especs/monosemad/trabalhos/1457133710.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.

SANTOS, L. N. dos *et al.* Estratégias de acesso aos alimentos pelas famílias titulares de direito do Programa Bolsa Família **Divers@ - Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, PR, v. 08, n. 02, p. 84-94, jul./dez. 2015.

SILVA, A. H; FOSSÁ, M. I. T. **Análise de conteúdo**: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade/ DF** - 3 a 5 de novembro de 2013.

SILVA, M. O. da S.; YASBEK, M. C.; GIOVANNI, G. Di. **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

STECHEI, T. de O. **O Programa Bolsa Família e suas condicionalidades**: entre o direito e o dever.2012. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015. Disponível em: http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_assistencia/pdf/dissertacao_UELTatiana.pdf. Acesso em: 19 out. 2017.

TRINDADE JÚNIOR, O. C. **Percepções sobre o Programa Bolsa Família no município de Uruguaiana - RS**.2011. 77 f. TCC (Graduação) - Curso de Planejamento e Gestão Para O Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Uruguaiana - Rs, 2011. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54581/000855135.pdf?sequence=1>. Acesso

em: 20 out. 2017.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

VANDEBORGHT, Y.; MEDINA, M. B. de; PARIJIS, P. V. **Renda básica de cidadania**: fundamentos éticos e econômicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 2006.

VIEIRA, K. M. *et al.* Percepção e conhecimento dos universitários sobre o Programa Bolsa Família. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**. Santa Maria, v. 01, n. 01, p.58-79, abr. 2016. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/18208>. Acesso em: 12 out. 2017.